



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

car estratégias negociadas para manterem-se no negócio. Por isso as entidades de classe estão hoje muito mais abertas para as parcerias, para conquistas que atendam a cadeia como um todo, e não para as que beneficiem uma parte em detrimento de outras. O que exige do governo decisões que envolvam menos arbitragem e mais visão estratégica, especialmente no sentido de desenvolver a competitividade dos diferentes setores como cadeia produtiva. Daí a grande expectativa que todos temos em relação às propostas que serão encaminhadas pelo Fórum.

Lamentavelmente, as posições mais arraigadas ao modelo anterior têm sido manifestadas por setores específicos do próprio governo, geralmente comprometidos com a preservação de serviços que não fazem mais sentido mas que justificam uma certa quantidade de empregos burocráticos. É o caso dos serviços oficiais de classificação, tornados inúteis pela nova estrutura dos mercados, pela Lei de Proteção ao Consumidor e pela Lei da Arbitragem. Mas a solução desse problema é uma questão de tempo, para que os estados consigam buscar novas funções para esses técnicos.

Há um espaço bastante profícuo para que o Fórum logre resultados importantes a partir dos trabalhos realizados ao longo dos últimos 12 meses. As cadeias produtivas que estão voltadas para um objetivo comum, via de regra o mercado externo, tendem a ter uma

atuação mais coerente e mais colaborativa e por isso poderão obter melhores resultados. Isso deverá ocorrer também no futuro, dando suporte para ações similares às do Fórum Nacional da Agricultura, ou mesmo, para a permanente busca de ações concertadas entre as diferentes entidades de representação voltadas para objetivos estratégicos comuns. Setores onde esse objetivo comum é menos visível, vimos no Fórum vários exemplos, tendem a ser menos colaborativos e deverão continuar pressionando o Estado muito mais como árbitro para suas questões. Por tudo isso devemos acreditar num processo cada vez mais organizado, do setor privado, visando a participar de negociações voltadas para as regras do comércio internacional, a participação do Brasil em blocos econômicos e para a cobrança de posições mais objetivas por parte de nossos negociadores.

GRUPO TEMÁTICO CESTA BÁSICA — ARROZ, FEIJÃO E MANDIOCA

Rearticular a política agrícola

ANDRÉ BARBOSA BARRETTO

Principais indicadores da cadeia produtiva

◆ Arroz — A renda agrícola do setor arrozeiro nacional está estimada em R\$2,046 bilhões na safra 1996/97, contra uma rede de R\$2,12 bilhões na safra 1995/96. A produção nacional está estimada em 9,6 milhões de toneladas na safra 1996/97 e o consumo projetado,



ANDRÉ BARBOSA BARRETTO é presidente da Fearroz. Coordenador do Grupo Temático Cesta Básica no FNA.

em 11,8 milhões. O Brasil já se constitui no maior importador de arroz, embora tenha sido exportador líquido nas décadas de 60 e 70. O arroz é plantado em dois sistemas — irrigado e sequeiro. No Rio Grande do Sul, o arroz irrigado é plantado por cerca de 10 mil produtores, com lavouras de 87ha em média. Predomina o sistema de arrendamento de terras (68% da área de cultivo). Em Santa Catarina, predominam pequenos proprietários que utilizam o sistema pré-germinado,

também em franca expansão no Rio Grande do Sul. O arroz irrigado participa com cerca de 50% da produção nacional, ocupando apenas 1 milhão dos 3,5 milhões de hectares cultivados no país. O arroz de sequeiro ocupa 2,5 milhões de hectares e responde pela outra metade da produção nacional. Está dispersado em um número maior de produtores nos estados da região Centro-Oeste e Nordeste. No Rio Grande do Sul, onde o setor dispõe de estatísticas confiáveis, a produção de arroz envolve 192 mil pessoas. Incluindo-se o setor agroindustrial, chegamos a 215 mil pessoas. São 51 as principais instituições e organizações ligadas à cadeia produtiva do arroz, em nível nacional. Na área de pesquisa, destacam-se a Embrapa (CNPAG-BO) para o arroz de sequeiro e a Embrapa

para o arroz irrigado, com excelentes resultados.

♦ Feijão — A renda agrícola do setor de feijão nacional está estimada em R\$1,58 bilhão na safra 1996/97, contra uma renda de R\$1,59 bilhão na safra 1995/96. O Brasil é o maior produtor de feijão do mundo e a produção nacional está estimada em 3 milhões de toneladas na safra 1996/97, para atender uma demanda projetada em 3,2 milhões de toneladas. A área de cultivo de feijão está distribuída em três safras no país. Após passar por áreas nobres de cultivo nas décadas de 60 e 70, a cultura de feijão foi empurrada para áreas marginais, ficando restrita às pequenas propriedades nas últimas duas décadas. Com o afastamento do governo da comercializa-



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

ção agrícola e o advento do Mercosul, a cultura passou a ser também produzida em lavouras comerciais, em áreas mais extensas, uso de irrigação e tecnologias avançadas nos estados centrais do país. O consumo de feijão já foi de 30kg/hab./ano na década de 70, mas recuou com a migração da população rural para os centros urbanos, chegando este ano a 21kg/hab./ano. A produção é bastante ajustada ao consumo, dividido em 400 mil toneladas de feijão-preto e 2,8 milhões de fei-

SISTEMA CNA

**UNINDO OS PRODUTORES
EM DEFESA DO CAMPO BRASILEIRO**

*Confederação Nacional
27 Federações de Agricultura
2 mil Sindicatos Rurais*

1,5 milhão de associados voluntários



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

ção de cores. A distribuição em três safras anuais promoveu maior estabilidade dos preços domésticos, evitando oscilações de preços que retraem o consumo. Setor altamente difuso e desorganizado, não dispõe de estatísticas confiáveis. Também aqui a Embrapa (CNPAG-FO) desempenha importante papel na pesquisa.

♦ **Mandioca** — A renda do setor de mandioca nacional está estimada em R\$1,67 bilhão na safra 1996/97, contra uma renda de R\$1,64 bilhão na safra 1995/96. A produção nacional ocorre todo o ano e está estimada em 24,4 milhões de toneladas na safra 1996/97. A farinha de mandioca é o principal produto obtido da raiz e atende ao consumo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A região Centro-Sul vem diminuindo a produção de mandioca, em decorrência dos baixos preços nas últimas safras, que provocaram a desativação de mais de 60% das farinhas. A mandioca é cultivada principalmente por mini e pequenos produtores e usa mão-de-obra intensiva, normalmente familiar. No processamento, também predomina a mão-de-obra intensiva, principalmente nas casas de farinha do Nordeste, onde é a principal fonte geradora de empregos, inclusive de mulheres e crianças. Nas regiões Sul e Sudeste, que respondem por 30% da produção nacional de raiz, o setor agroindustrial é mais tecnificado e a produtividade das lavouras é maior, atingindo 22t/ha. A produção vem crescendo na região Centro-Oeste, com incentivo dos governos estaduais. Como é uma cultura resistente a estiagens e não possui substituto econômica-

mente viável na maior parte das pequenas propriedades onde é produzida, necessita suporte oficial para manutenção da produção e da viabilidade mercadológica. O setor é organizado na Sociedade Brasileira da Mandioca e conta com pesquisas da Embrapa/CNPMPF de Cruz das Almas, BA.

Organização política da agricultura e dos agronegócios, globalização, orquestração nos mercados externos e o novo papel do Estado

♦ **Arroz** — O Brasil perdeu a auto-suficiência na produção de arroz nos anos 90, em decorrência da exposição ao mercado externo não ter sido precedida por um período de transição. A redução da alíquota do imposto de importação permitiu o ingresso de produto subsidiado, financiado a juros internacionais e longos prazos; a liberação do ingresso da produção dos países do Mercosul com menores custos de produção e zero de imposto de importação e a redução do crédito de custeio e comercialização aportado pelo governo culminaram com um pesado endividamento do setor produtivo e o aumento da concentração no setor agroindustrial. A liberação das importações gerou acúmulo de estoques pelo governo, causando depressão dos preços pagos aos produtores na década de 90. A produção vem crescendo nos países do Mercosul e já alcança 2,1 milhões de toneladas de arroz agulhinha (irrigado). O ajustamento na oferta e demanda mundial, com quedas nos estoques globais, elevou os preços externos e praticamente inviabilizou importações maciças. O Brasil adotou, na safra 1995/96, uma política restritiva às importações subsidiadas, obrigando o pagamento à vista de importações de qualquer origem. Na safra 1996/97, a tabela de

classificação dos preços mínimos sofreu alterações, premiando o produto de alta qualidade produzido nas áreas irrigadas. O Mercosul, embora indutor de competitividade no setor produtivo, facilitou a migração de muitos produtores brasileiros para os países vizinhos, que detêm cerca de 40% da produção da Argentina e Uruguai. A Alca poderia expor o país, ainda, à concorrência com os EUA, que já foram o segundo maior exportador mundial. No entanto, a nova Farm Bill americana trouxe desestímulo à expansão de área nos EUA, fazendo com que o país perdesse o segundo posto no *ranking* dos exportadores para o Vietnã. O ingresso das economias emergentes asiáticas, como a China, a Rússia e outros países na OMC, deverá reduzir, a longo prazo, os subsídios às exportações de arroz. As diferenças de cargas tributárias e menores custos de produção nos países do Mercosul se constituem na maior ameaça à produção nacional, exigindo regras claras e equalizações nas estruturas de custos dos países-membros. Do lado extrabloco do Mercosul, são necessárias medidas firmes no contingenciamento das importações subsidiadas e práticas de *dumping* dos países asiáticos exportadores.

♦ **Feijão** — O Brasil é praticamente auto-suficiente no abastecimento de feijão, e o comércio mundial é bastante limitado, com variedades específicas para consumo em cada país. Poucos países produzem feijão para exportação. O Brasil tem sido importador principalmente do produto argentino, que tem menor custo de produção, adquirindo cerca de 150 a 200 mil toneladas anuais para complementação no suprimento, principalmente de feijão-preto. Outros países também vêm exportando pequenas quantidades ao Brasil, como a China, EUA, Chile e México. Mas a agressão externa está limitada à questão da qualidade exigida pelos consumidores. No

mercado interno, predomina o feijão de cores e os consumidores exigem coloração bem clara e produto de safras recentes, sem evidências de descoloração ou com problemas de cocção. O longo período entre a decisão de importação e a internalização da mercadoria no país restringe o ingresso de quantidades elevadas de produto importado, permitindo criar uma política de apoio à cultura, sem ameaças intensas do mercado externo e até mesmo do Mercosul, que tem baixa disponibilidade de excedentes exportáveis. No entanto, o mercado doméstico tem formação de preços pouco transparente, com negócios concentrados em mãos de atravessadores e cerealistas. A inexistência de bolsas de mercadorias que operam em larga escala com o produto, a falta de referenciais externos de preços, a concorrência com proteínas animais mais baratas (frango e ovos) e a ausência de uma política oficial consistente e clara vem impedindo a profissionalização da produção e do mercado.

♦ Mandioca — Em função do longo ciclo da cultura, que varia de 12 a 18 meses, os efeitos de uma superprodução de mandioca em um determinado ano refletem-se sobre os preços de mercado do ano seguinte, desestimulando a produção e promovendo oscilações na oferta e nos preços domésticos. O preço mínimo da mandioca é necessário para dar sustentação de preços aos pequenos produtores, promovendo maior estabilidade na oferta e nos preços dos derivados. O governo tem importante papel sinalizador no mercado pois, ao definir uma política de sustentação de preços, interfere nos estoques da farinha e fécula de mandioca. Como não possui substituto viável na maior parte das pequenas propriedades em que é produzida, necessita de apoio estatal e de um setor agroindustrial moderno e competitivo para aten-

der ao consumo das regiões Norte e Nordeste do país.

Rearticulação política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

Nos produtos da cesta básica — arroz, feijão e mandioca —, ao contrário do que acontece nas culturas de exportação, como soja, café e laranja, o suporte oficial aos segmentos produtivos e a proteção ao setor agroindustrial são fundamentais para a sobrevivência e a viabilidade econômica do setor doméstico. Neste sentido, o Grupo Temático Cesta Básica está propondo, de modo genérico:

a) na questão do crédito ao setor: desburocratizar o acesso de crédito pelos mini e pequenos produtores; incentivar fontes de crédito alternativas ao sistema oficial, como fundos de commodities, cooperativas de crédito, CPR etc.; estimular a capacitação e modernização do setor cooperativo como aglutinador de forças e viabilizador das pequenas e médias propriedades; reduzir as taxas de juros, equalizando-as com os níveis internacionais; fomentar a concessão de crédito para investimentos (calcário, armazenagem comunitária, máquinas e implementos etc.).

b) na questão da comercialização: manter a AGF e o EGF/COV na política de sustentação de preços e renda; estimular a adoção de novos instrumentos de comercialização, como CPR, CM-G, mercados futuros, opções etc.; aplicar efetivamente os direitos compensatórios e *anti-dumping* nas importações com subsídios; equalizar os prazos de financiamento às importações com os prazos médios utilizados no mercado doméstico.

c) na questão tributária: adotar alíquota interestadual de ICMS unificada, de 2,5%, para os produtos da cesta básica; reduzir a carga tributá-



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

ria das operações de crédito rural; promover a harmonização tributária entre os países do Mercosul; isentar de tributos insumos e máquinas.

O novo papel do Estado deve ser dirigido de modo a permitir que a agricultura cresça de forma sustentada a taxas de 5% ao ano, cresça via aumento de produtividade e redução de custos, tenha a sua capacidade de autofinanciamento aumentada, incremente a integração agroindustrial e, principalmente, estimule o aumento da renda do homem do campo.

Indispensáveis se tornam investimentos públicos na educação e treinamento do homem rural, redução do chamado custo Brasil, política comercial livre tanto para exportações quanto para importações, com salvaguardas contra práticas desleais de comércio, política de estoques governamentais restrita, deixando ao setor privado a tarefa de promover importações para completar o abastecimento, se necessário etc.

A estrutura do Fórum Nacional da Agricultura, pela sua capilaridade e representatividade, preenche todos os requisitos para rearticular politicamente a agricultura e os agronegócios no Brasil. As linhas gerais para modernização do setor rural, com propostas de reformas estruturais na agricultura e agribusiness, já estão traçadas em importante trabalho de autoria de Mauro de Rezende Lopes e Roberto Rodrigues. Pouco mais haveria a acrescentar. O que falta, realmente, é uma clara e definitiva opção do governo pela agricultura.